

VIOLÊNCIA ESCOLAR: UM FENÔMENO QUE ASSOLA A ESCOLA E DESVALORIZA O PROFESSOR A CADA DIA NO BRASIL

VIOLENCE SCHOOL: A PHENOMENON PLAGUING SCHOOL TEACHER DEVALUES EVERY DAY IN BRAZIL

Elizabeth Maria Lopes Toledo
Unitins

Resumo: O presente artigo reflete sobre a relação entre o fenômeno da violência no contexto escolar e, particularmente, na relação professor-aluno. Inicia-se fazendo uma breve consideração sobre o conceito de violência escolar. Reflete a respeito do paradoxo que vive atualmente a escola: ora ela sofre com a indisciplina e a violência, por parte dos alunos e da sociedade, ora, em virtude de suas normas e da atitude autoritária dos sujeitos que a compõe, produz a violência contra seus próprios alunos. Aborda também os reflexos que o fenômeno da indisciplina e da violência escolar causa na postura profissional e na desvalorização de seus professores que, na maioria das vezes, são vítimas da violência. Reforça a necessidade urgente de uma articulação e junção de esforços para a criação de políticas públicas e educacionais viáveis para a diminuição e ou erradicação da violência escolar, valorizando os professores e despertando o interesse e motivação dos alunos, assegurando a ambos o direito e a liberdade de exercer a cidadania.

Palavras-chave: escola; violência; professor; aluno.

Abstract: This article reflects on the relationship between the phenomenon of violence in the school context, and particularly in the teacher-student relationship. It begins with a brief consideration of the concept of school violence. Reflects on the paradox that currently lives and school; now she suffers from a lack of discipline and violence, by the students and society, now, by virtue of its rules and the authoritarian attitude of the subjects that composes, produces violence against their own students. It also discusses the consequences that the phenomenon of indiscipline and school violence because the professional attitude and the devaluation of their teachers who, most often, are victims of violence. Reinforces the urgent need for coordination and joint efforts to create viable public and educational policies for the reduction and or elimination of school violence, valuing teachers and arousing the interest and motivation of students, ensuring both the right and freedom to exercise citizenship.

Keywords: school; violence; teacher; student.

Introdução

A escola pública tem sido alvo e vem chamando atenção pelas inúmeras cenas de violência que vem sofrendo contra alunos e professores. Tem sido muito comum os meios de comunicação de massa noticiar e ou denunciar brigas violentas entre alunos, ameaças a professores, adolescentes armados e o uso de bebidas ou de drogas nas escolas. É uma realidade assustadora, principalmente nas instituições da rede pública brasileira.

Muitas são as indagações sobre o que tem causado tanta violência! Muitos concordam com o que Rousseau afirma, ou seja, os homens não nascem naturalmente maus, a sociedade é que os transforma. De fato, nenhuma criança nasce violenta, malvada ou criminosa, no entanto, ao conviver com o meio social, vai se transformando. As evidências tem nos mostrado que os comportamentos dos seres humanos também são frutos do ambiente que vivem e convivem.

Constitui um paradoxo o momento em que se vive a escola. Esta, concomitantemente, além de se instituir como instância de aprendizagem, de construção de conhecimento, de formação de valores, bem como de exercício da ética e da cidadania, tem-se configurado também como um espaço de proliferação de violências, brigas, invasões, depredações de patrimônio e até mortes. É um espaço em que os alunos, em plena fase de desenvolvimento, se deparam com situações inesperadas que os levam a construir e elaborar experiências de violência. Assim, a escola, que deverá ser um espaço em que a socialização, a promoção da cidadania, a formação de atitudes, opiniões e o desenvolvimento pessoal deveriam ser incrementados, passa a ser depreciada.

Freqüentemente, a vulnerabilidade social refletida na vivência escolar reduz a força socializadora da escola, interferindo no ambiente relacional e permitindo que os alunos construam

a violência como uma forma habitual de experiência escolar (Camacho, 2000). Todavia, os alunos são ao mesmo tempo socializados e individualizados; lapidados pela escola e pela sociedade, porém, ao mesmo tempo constroem-se a si próprios, em virtude do contexto em que vivem.

A escola é um lugar privilegiado para refletir sobre as questões que envolvem crianças e jovens, pais e filhos, educadores e educandos, bem como as relações que se dão na sociedade, no entanto, não tem a função ou a obrigação de assumir o papel da família.

O Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (1990:95) reforça que: “a família constitui o primeiro lugar de toda e qualquer educação e assegura, por isso, a ligação entre o afetivo e o cognitivo, assim como a transmissão dos valores e normas”.

Nesse sentido Tiba (2003) destaca que hoje as famílias estão transferindo para as escolas os ensinamentos e valores que são de suas responsabilidades, como impor limites, condições para o desenvolvimento e o exercício da cidadania de seus filhos. Sendo que a escola e a família são os principais responsáveis pela educação e já não estão sabendo cumprir esse papel que é a formação integral de seus alunos. Continua o autor dizendo que hoje está ocorrendo uma grande decadência na autoridade das famílias, e isso impossibilita que a escola tome decisões que normalmente vão contra os princípios estabelecidos pela sociedade, e a partir daí a escola é obrigada a conviver com atos indisciplinados de alguns alunos.

À escola não se pode exigir que além de ensinar os conteúdos programáticos e cumprir sua função de caráter educacional previsto nos documentos institucionais, tenha também que ter o papel educativo que compete aos pais. Em meio a tudo isso, a verdade é que constata-se a cada dia que a violência continua a existir e a registrar-se cada vez mais na população jovem.

Neste sentido, compete à instituição escolar refletir e discutir temas que assolam a humanidade em seu cotidiano, dentre os quais se destacam a violência, suas formas de prevenção e as possíveis repercussões no desenvolvimento da criança, do adolescente e do jovem, bem como de toda a comunidade escolar. No entanto, é necessário que as discussões e o planejamento das ações, por parte da escola, bem como de seus gestores, saia dos discursos verbais e dos documentos escritos e parta para a ação, para a prática, para a “mão na massa”, uma vez que, o pensado e o dito, não se concretizam por si só.

Breve reflexão sobre o fenômeno da violência escolar

Definir violência não é algo simples, uma vez que além de fatores culturais, históricos e geográficos, conforme aponta Abramovay e Avancini (2000), a definição de violência pode se diferenciar de acordo com a idade, o sexo e o status social de quem se está definindo.

Conhecer as múltiplas perspectivas de um fenômeno tão complexo como a violência escolar é importante, no entanto, este artigo não tem a pretensão de defini-la, mas apenas fazer uma breve reflexão sobre o tema.

São múltiplos os determinantes da violência escolar. Por exemplo: há os que se referem a características do indivíduo (constituição genética, sexo, idade, etnia, história de vida, dinâmica familiar), os que se referem às características da instituição escolar (localização, instalações físicas, recursos humanos disponíveis, método de ensino empregado, ideologias predominantes, histórico da instituição, etc.) e os que envolvem aspectos da sociedade na qual a instituição escolar se insere (democrática ou não, com maior ou menor desigualdade socioeconômica, com ou sem igualdade de gênero e de etnia, entre outras).

A Organização Mundial de Saúde (2002, p. 5) refere-se à violência como:

(...) uso intencional de força física ou poder, em forma de ameaça ou praticada, contra si mesmo, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade que resulta ou tem uma grande possibilidade de ocasionar ferimentos, morte, consequências psicológicas negativas, mau desenvolvimento ou privação.

A violência é algo explícito, capaz de ser percebido pela vítima, contudo, há outro aspecto mais sutil denominado de violência simbólica. Odália (2004) assim defende que nem sempre a violência se apresenta como um ato, como uma relação, como um fato, que possua estrutura

facilmente identificável. O contrário, talvez, fosse mais próximo da realidade.

A violência simbólica é a coerção que se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (portanto, à dominação), quando dispõe apenas, para pensá-lo e para pensar a si mesmo, ou melhor, para pensar sua relação com ele, de instrumentos de conhecimento partilhados entre si e que fazem surgir essa relação como natural, “pelo fato de serem, na verdade, a forma incorporada da estrutura da relação de dominação” (BOURDIEU, 2001, p. 206).

Abramovay (2002) acrescenta ainda que são manifestações de violência simbólica: abuso do poder, baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante uso de símbolos de autoridade; verbal; e institucional como a marginalização, discriminação e práticas de assujeitamento utilizadas por instituições diversas que instrumentalizam estratégias de poder. Esta violência se mostra nas relações de poder, na violência verbal entre professores e alunos, na discriminação indireta de gêneros e raça, entre outras e descreve o processo pelo qual a classe que domina economicamente impõe sua cultura aos dominados.

Para Bourdieu, segundo Vasconcellos (2002), a violência simbólica “aparece como eficaz para explicar a adesão dos dominados: dominação imposta pela aceitação das regras, das sanções, a incapacidade de conhecer as regras de direito ou morais, as práticas linguísticas e outras» (p. 81). Esse tipo de violência é fácil de ser percebida na escola, por se tratar de uma forma de violência sutil, estrutural, que pode atenuar as possibilidades de o indivíduo de classe popular ascender socialmente e transformar sua realidade.

Um aspecto importante a ser considerado na violência escolar é a *localização geográfica*. Tal violência pode ocorrer dentro do espaço físico da escola, no percurso casa-escola, em locais em que ocorrem os passeios e/ou festas escolares e mesmo, na própria residência e bairro do aluno, como em situações nas quais conflitos mal resolvidos, dentro da própria instituição, acarretam violência em outros espaços.

Nos tempos atuais, a violência na escola não ocorre somente em espaços físicos, mas de forma virtual, como nas situações em que mensagens agressivas são encaminhadas entre membros da escola por meio eletrônico (internet e/ou celular). Assim, apesar de comumente se situar a violência escolar como a violência que ocorre dentro do espaço físico da escola, ele poderá ocorrer em vários outros locais. Somando-se à violência simbólica que ocorre na escola, esta se refere mais à dinâmica diária do processo de ensino aprendizagem do que propriamente a ações especiais em um determinado local.

Todos os indivíduos que compõe a comunidade escolar podem ser vítimas da violência, uma vez que ela pode ocorrer em qualquer relação interpessoal, ainda que costume acontecer, com maior frequência e intensidade quando há desigualdade de condições de poder entre os indivíduos (WILLIAMS, 2003).

Além de pessoas relacionadas ao contexto da escola, não é raro a inserção de sujeitos alheios à escola que, nela ingressam com o propósito de cometer atos violentos como a prática de assaltos ou quando traficantes nela adentram para intimidar alunos presentes e demais funcionários. Charlot (2002) também expõe tal situação em que a violência ocorre dentro do espaço escolar, “sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar [...]” (p. 434) e em que “[...] a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro local” (p. 343). O autor denomina tal situação como “violência na escola”, uma vez que os envolvidos são outros não relacionados à instituição escolar.

Todavia, ao se analisar quais são os envolvidos no fenômeno da violência escolar, torna-se peculiar analisar se as práticas não estão relacionadas a uma questão de preconceito, discriminação social, étnica e desrespeito à diversidade sexual. Comumente, percebemos que em nossa sociedade há grupos que comumente são mais afetados pela violência com termos ofensivos e práticas relacionadas a pessoas de etnia negra ou com menor status socioeconômico (WARNER, WEIST & KRULAK, 1999; ABRAMOVAY & RUA, 2002) e, ainda, e muito comum, a homossexuais (CASTRO & ABRAMOVAY, 2003).

Via de regra, a própria instituição escolar é produtora da violência pela forma como ela trata os indivíduos que nela estão inseridos. Sobre isso, Finley (2006) aventa que determinadas políticas da escola como regras, procedimentos e práticas, podem ocasionar impactos adversos nos

membros participantes da mesma.

Essas políticas são criadas, na maioria das vezes, com o objetivo de melhorar a qualidade do processo ensino-aprendizagem e amenizar a violência, no entanto, o que normalmente ocorre é que tais políticas não passam de documentos que não saem do papel. Para Charlot (2002), esse tipo de violência está relacionada a situações em que os alunos provocam danos diretamente à instituição e aos que a representam como atos de vandalismos e agressões a professores, sendo tais situações nomeadas pelo autor de “violência à escola”.

Abramovay e Rua (2002), citam o mesmo autor para ilustrar esse conceito de violência à escola, quando expõem que a violência simbólica ou institucional é compreendida como: a falta de sentido de permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um desprazer que obriga o jovem a aprender conteúdos alheios aos seus interesses; as imposições de uma sociedade que não sabe acolher os seus jovens no mercado de trabalho, a violência das relações de poder entre professores e alunos. Também acrescenta que pode ser exemplificada pela desvalorização e insatisfação profissional dos professores, a sua ‘obrigação’ de suportar o desprestígio do Estado e a indiferença dos alunos (CHARLOT citado por ABRAMOVAY & RUA, 2002, p. 69).

Tenho vivenciado situações na escola pública em que alunos adolescentes e jovens agredem professores com palavras grosseiras, apelidos, gestos obscenos, picham as paredes, danificam motocicletas e veículos dos professores e funcionários, além de consumir bebida alcoólica e comercializar drogas de várias espécies. Estes parecem não se incomodar com as sanções aplicadas pela escola e pelos órgãos de segurança pública, quando estes são acionados.

As instituições escolares, lamentavelmente, parecem estar reféns dos alunos que se comportam de forma violenta e a prática delas pode gerar um sentimento de insegurança, desmotivação e desrespeito na instituição, que atinge negativamente a identidade dos membros participantes, merecendo a denominação de violência (CHARLOT, 2002).

Diante desse contexto penso que, mais importante do que se tentar definir a violência escolar é criar estratégias político-pedagógicas e sociais que visem minimizar comportamentos desastrosos por parte dos alunos e fortalecer a escola para que ela possa cumprir de forma satisfatória sua missão social.

Escola: palco para violência ou espaço para aprendizagem?

A escola, na atualidade, vem enfrentando vários desafios. Alguns são mais recentes e se apresentam de diversas formas, como por exemplo, a agressão física a professores chegando até a prática de crimes contra os próprios alunos e funcionários. Outros são mais antigos, persistentes e complexos como é o caso dos problemas de indisciplina e violência nas escolas.

A expressão ‘indisciplina’ é bem antiga quanto ao seu uso e sua prática; já o uso do termo ‘violência’ é mais recente, porém bem mais vivenciado e praticado. Tanto a indisciplina quanto a violência vem há muito tempo produzindo diversos tipos de perturbação e insegurança nas escolas no Brasil. Mas, também tem sido alvo de muita inquietação e investigação em vários países.

Por parte do poder público percebem-se algumas alternativas que têm sido propostas para o enfrentamento desses problemas na escola. Todavia, a necessidade não reside tão somente na inserção de práticas pontuais, mas sim de transformação de racionalidades.

No estado do Tocantins não tem sido diferente: constantemente, são noticiados casos de violência principalmente nas escolas públicas, seja na região central, seja na região periférica. Alguns projetos contra a violência até tem sido propostos nas escolas, mas em muitos deles as atividades não são continuadas, nem tampouco avaliados. Faltam recursos financeiros, humanos, mas, principalmente, boa vontade e comprometimento por parte dos órgãos competentes.

No contexto histórico-social em que a educação era considerada tradicional, e a estrutura familiar consequentemente também era tradicional e rígida, não era raro ocorrer que quando os pais eram notificados pela escola (através de bilhetes escritos e enviados pelo próprio aluno ou por meio de recados), por um ato de violência de seu filho, estes agiam imediatamente punindo-o, muitas vezes de forma rigorosa.

Gôngora assevera que a Pedagogia tradicional é marcada

[...]por um ensino baseado em verdades impostas, os conteúdos

repassados eram basicamente os valores sociais acumulados com o passar dos tempos com o intuito de prepará-los para a vida, e esses conteúdos são determinados pela sociedade e ordenados na legislação independente da experiência do aluno e das realidades sociais, fazendo com que a pedagogia tradicional seja vista como enciclopedista. (GÔNGORA, 1985, p. 23).

Diferentemente da educação tradicional os problemas de violência têm assolado as escolas, principalmente as da educação básica e parece ter se delineado uma tendência de diversificação e intensificação das expressões e de sua prática. Para Abramovay; Rua (2004); Arum, (2005), tais fenômenos estariam avançando em complexidade, como se estivesse em curso algum tipo de “evolução” em suas expressões.

Em uma matéria intitulada “Indisciplina e violência nas escolas”, GARCIA (2009) assevera que:

Os problemas de indisciplina e violência nas escolas podem ser relacionados a uma crise em relação à segurança e respeito no ambiente escolar. Também se destaca a preocupação com a autoridade dos professores em sala de aula. O fundamento da autoridade tradicional dos professores, em sala de aula, residiria em seu estatuto intelectual e competência profissional para ensinar, os quais poderiam lhe conferir distinção e uma posição hierárquica superior em relação aos alunos. Mais recentemente, o processo de legitimação da autoridade dos professores passa a destacar o modo como estes interagem com os alunos. Assim, para exercer uma autoridade legítima, os professores precisam demonstrar uma competência para ensinar, bem como competência interpessoal em sala de aula.

A instituição escolar não pode ser vista apenas como reflexo da opressão, da violência, dos conflitos que acontecem na sociedade. É importante argumentar que as escolas também produzem sua própria violência e sua própria indisciplina.

Ainda hoje, persiste, entre muitos educadores, a ideia de disciplina como algo que solicita processos de controle e punição, tendo em vista garantir a manutenção de um determinado estado de ordem. Muitos defendem e acreditam que a disciplina, por exemplo, é algo construído a partir do fortalecimento unilateral da autoridade dos professores, dos pais e das instituições de ensino, bem como da rigidez das consequências dos atos considerados indisciplinados.

Nas instituições escolares, diversas análises buscam situar tais problemas ao contexto complexo das relações entre as diversas forças, atores sociais e aspectos que compõe a escola (Amado, 2001). No entanto, as questões de indisciplina e violência precisam ser pensadas por um ângulo mais aberto do que entendemos por escola e sua finalidade social.

Nesse sentido é urgente que providências sejam tomadas pelos vários segmentos da sociedade, no entanto, se desejamos modificar o cenário de indisciplina e violência nas escolas, será imprescindível repensar conceitos, modelos e práticas sociais que ali têm sido exercidos. É nessa perspectiva que nos parece importante pensar nesse avanço como uma mudança de paradigma e de práticas realmente eficientes e eficazes.

O professor frente às questões de indisciplina e violência na escola

A escola é uma das mais importantes instituições de controle social (Dewey, 1979), sendo responsável por ensinar e regular uma série de comportamentos que, juntamente com outras instituições, podem ou não garantir aquilo que entendemos por coesão social. Para Durkheim (1930/1999), a coesão social é uma ligação resultante da solidariedade entre as pessoas. A amplitude dessa solidariedade afere o acordo entre os indivíduos, alterando conforme o modelo de organização de cada sociedade.

Em muitas escolas ainda há a tentativa de homogeneização e esta é exercida por meio

de mecanismos disciplinares, ou seja, de atividades que delineiam o tempo, o espaço, o movimento, os gestos e as atitudes dos alunos, dos professores, dos diretores, impondo aos atores da instituição uma atitude de submissão e obediência.

Assim como a escola detém o poder de dominação que não admite muito as diferenças, ela também é acometida por formas de resistência. Compreender esta situação sugere em aceitar a escola como um lugar em que se vive constantemente em um 'jogo' tenso entre forças divergentes e antagônicas.

A disciplina imposta pelo gestor escolar, bem como gestão da sala de aula exercida pelo professor, ao desprezar ou desconsiderar a forma como são partilhados os espaços, o tempo, as relações entre os alunos, pode gerar uma reação que deflagra em uma indisciplina irrefreável acarretando em atos considerados graves de violência. Quando o professor ou outro profissional da escola "bate de frente" com o aluno, as relações ficam extremamente desgastadas, estes perdem a autoridade perante o aluno, podendo gerar evasão ou reprovação ao aluno; isso quando não desencadeia em atos de violência mais extremos.

A sala de aula é o local por excelência, onde se tece uma complexa rede de relações entre o professor/aluno e ou professor/alunos, bem como entre aluno-aluno. Porém quando o professor não consegue perceber esse enredo ele tenderá a concentrar os conflitos ou na sua pessoa, ou em alguns alunos, não conseguindo, portanto, transferir para o coletivo.

Pelo fato de não haver mudança de posições entre eles (professor e aluno), forma-se uma severa divisão entre aquele que detém o saber e o impõe e aquele que obedece e se revolta. Dessa forma, cada um passa a ser movido por uma ordem, por uma obrigação que é imposta e não incorporada, ou seja, estabelece-se uma resistência passiva em função das próprias necessidades do aluno em obter um certificado de conclusão dos estudos e não de 'respeito' como deveria ser o esperado.

O professor, diante de sua realização profissional e da necessidade do trabalho para sua sobrevivência idealiza que a garantia do seu lugar se dá pela manutenção da ordem e da disciplina na escola, no entanto, ocorre muitas vezes que a diversidade dos alunos que constituem a sala de aula não permitem a sua tranquilidade para permanecer neste lugar. Concomitantemente, o professor tem consciência de que a ordem é necessária, no entanto, ele desempenha um duplo papel, uma vez que, se de um lado, ele tem o papel de estabelecer os limites da realidade, dos compromissos e das regras da escola, de outro, ele faz gerar novos instrumentos para que o aluno adquira autonomia sobre o seu próprio aprendizado e sobre sua própria vida.

Segundo os Anais do III Seminário VIOLAR/Unicamp (2014)

O grande problema talvez esteja no fato de o professor se concentrar apenas na sua posição normalizadora achando que, com isso, ele conseguirá eliminar os conflitos. Mas, as efervescências da sala de aula marcada pela diferença, pela instabilidade, pela precariedade, apontam para a inutilidade de um controle totalitário, de uma planificação racional, pois os alunos buscam de modo espontâneo e não planejado o "estar junto" que impede a instalação de qualquer tipo de autoritarismo. Quanto maior a repressão, maior a violência dos alunos em tentar garantir as forças que assegurem sua vitalidade enquanto grupo.

Neste sentido, quando o professor consegue, sem perder sua própria autoridade, fazer uma gestão democrática de sala de aula, ele certamente terá mais facilidade para administrar os conflitos e o casos de violência que normalmente ocorrem na sala de aula e na escola. Mesmo assim, ele não deverá ter a pretensão de que reinará a paz absoluta na escola, mas que juntos, por força da conjuntura, serão 'obrigados' a se ajustar e a formular regras comuns que não ultrapassem os limites de aceitação e de tolerância. Assim, ele conseguirá estabelecer o equilíbrio entre a autoridade (e não o autoritarismo) e o clima favorável ao aprendizado e as boas relações interpessoais entre eles, que permitirão ao aluno negociar e viver com mais intensidade

a enigmática relação que une o local-escola e o coletivo-alunos.

Quando se trata de relações humanas, é impossível que, vez ou outra, não se tenha conflitos. E a escola não escapa dessa lógica. Casos de indisciplina, violência e desentendimentos entre alunos podem ocorrer - e de fato ocorrem. Nesse contexto, muitas instituições criaram a figura do mediador, que pode ser um aluno, professor, gestor ou funcionário, capacitado para abrir um caminho de diálogo entre os envolvidos em um conflito para tentar solucioná-lo de forma pacífica.

Quanto maior for a capacidade do professor em compreender, auxiliar e orientar os alunos assumindo posturas de orientação para a formação de valores, mediador do processo ensino/aprendizagem e, neste caso específico, de “mediador da violência”, mais a escola terá condições de driblar e agir com tolerância diante das diversas formas de expressão que ela se manifesta.

Sabe-se que o conflito pode ser compreendido como uma resistência de interesses, podendo ser inevitável, mas com uma prática intencional de intervenção pode-se antecipar, canalizar e manejar.

Ortega, (2002:147), assinala que:

A mediação é a intervenção, profissional ou profissionalizada, de um terceiro – um especialista – no conflito travado entre duas partes que não alcançam, por si mesmas, um acordo nos aspectos mínimos necessários para restaurarem uma comunicação, um diálogo que, é necessário para ambas (...) com o reconhecimento da responsabilidade individual de cada um no conflito e o acordo sobre como agir para eliminar a situação de crise com o menor custo de prejuízo psicológico, social ou moral para ambos os protagonistas e suas repercussões em relação a terceiros envolvidos.

Nesse contexto, o papel do mediador se apresenta como uma ferramenta favorável ao diálogo com discussão bem planejada e socialização de ideias e critérios agradáveis às partes envolvidas. Assim, o mediador deve ser imparcial e favorecer a comunicação entre os protagonistas do momento de crise, a fim de suavizá-lo. Cabe ressaltar que ele é apenas facilitador e organizador do processo de tomada de decisões, responsabilidade única dos envolvidos no conflito.

O mediador deve ser um indivíduo preparado psicologicamente e metodologicamente para conduzir as sessões de mediação contribuindo para o desenlace tranquilo da situação problemática e para a qualidade das relações interpessoais entre os envolvidos. Para que isso ocorra, ele deve saber escutar, promover o diálogo, ter equilíbrio emocional para não se envolver no conflito e conduzir as sessões em um clima de respeito entre as partes. Nesse sentido, Guimarães (1990) assegura que.

Quando a escola se enrijece, aplicando uma lei única para todos os casos, o coletivo se desestrutura porque as discordâncias, deixando de ser objeto de negociação, enfraquecem os vínculos da trama social e começam a ser tratadas por especialistas. O diretor passa a depender, por exemplo, dos peritos (policiais, bedéis, orientadores, psicólogos, etc.) que se utilizam da força física, moral e/ou psicológica para conter o movimento da violência. Contudo, a ação desses peritos será pouco eficaz, porque quando a violência não é eliminada, ela assume outras modulações e rompe regularmente, trazendo à tona tudo o que foi rejeitado.

Em 2011, segundo dados do Ministério da Educação, quase 4,2 mil professores de português e matemática da 5.^a e da 9.^a séries da rede pública e privada de ensino fundamental contaram ter sido agredidos fisicamente por alunos dentro das salas de aula, nos corredores ou na saída dos colégios. O número representa 1,9% dos 225 mil docentes que responderam a um questionário anexado à última Prova Brasil. Trata-se de um exame aplicado a cada dois anos nas escolas públicas

urbanas pelo Ministério da Educação.

Pelas estatísticas do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), as agressões aos docentes estão crescendo cerca de 20% por semestre. Entre 2008 e 2011, a entidade recebeu 157 denúncias de agressão, roubo, vandalismo e ameaças de morte em escolas paulistas.

Além dos ferimentos físicos, as agressões geram depressão, síndrome do pânico e estresse pós-traumático nos professores. Para tentar coibir a violência escolar, as entidades sindicais do professorado criaram canais para receber denúncias.

Entre 2011 e 2012, o Sindicato dos Professores de Minas Gerais recebeu uma denúncia de violência a cada três dias.

Pela vivência que tenho na escola básica, penso que ser professor nos dias de hoje constitui algo bastante complexo, seja da rede pública ou particular. No turno noturno em que predomina a faixa etária acima de 18 anos, há um contingente significativo de alunos da periferia em que muitos trabalham ganhando apenas o salário mínimo, chegam cansados e quase sempre atrasados, desmotivados para o estudo e muitos fazem da escola um local para a formação de grupos, para o namoro, a criação de novas amizades, muitos acabam fazendo uso de álcool e outras drogas e alguns chegam até a comercializá-la.

O acesso a bebidas alcoólicas e outras drogas é reconhecidamente um motivador da violência. Como consequência, situações de conflitos são geradas e o professor fica em um “fogo cruzado” entre querer ensinar e ao mesmo tempo administrar conflitos, ficando muitas vezes refém do próprio processo. Em se tratando de uma sociedade tecnológica, consumista e competitiva, que valoriza o “ter” em detrimento do “ser”, em que as oportunidades são maiores para os que já possuem algo, o comportamento desses jovens poderá ser considerado como ‘adaptativo’.

Para Aquino (2003), é preciso construir práticas organizacionais e pedagógicas que levem em conta as características das crianças e jovens que hoje frequentam as escolas. A organização do ano escolar, dos programas, das aulas, a arquitetura dos prédios e sua conservação não podem estar distantes do gosto e das necessidades dos alunos, pois, quando a escola não tem significado para eles, a mesma energia que leva ao envolvimento e ao interesse, pode transformar-se em apatia ou explodir em indisciplina e violência.

Somente a escola, nem tampouco somente os professores conseguem modificar esse cenário; serão necessárias políticas públicas sociais e educacionais que de forma democrática, coletiva e articulada encontrem alternativas de solução para minimizar essa crescente violência que assola a escola. Sabe-se que é um processo a médio ou longo prazo, no entanto, a escola, em parceria com outras instituições governamentais e sociais precisa se articular e se mobilizar no sentido de prevenir e ou combater a violência, o que contribuirá para a melhoria da qualidade do ensino, da educação e da cidadania.

Concluindo essas reflexões Guillot (2008, p. 135), reforça que:

a escola não pode resolver todos os problemas sociais, mas não pode ignorá-los e menos ainda deixar que permaneçam na ignorância aqueles e aquelas que mais precisam dela. [...] a escola continua sendo um lugar onde o vínculo humano é possível: a escola se tornou um refúgio. Mas a escola não tem vocação para permanecer como refúgio; sua vocação é ser trampolim.

Assim, quando a escola cumpre de fato a sua função social, ela se constituirá como uma grande oportunidade de ascensão para o aluno em vários aspectos de sua vida, transformando-o em um cidadão capaz de modificar a sua própria realidade.

Ao abordarmos a função social da educação e da escola, estamos entendendo a educação no seu sentido ampliado, ou seja, enquanto prática social que se dá nas relações sociais que os homens estabelecem entre si, nas diversas instituições e movimentos sociais, sendo, portanto, constituinte e constitutiva dessas relações.

Segundo Frigotto (1999), a escola é uma instituição social que, mediante sua prática no campo do conhecimento, dos valores, atitudes e, mesmo por sua desqualificação, articula determinados

interesses e desarticula outros. Nessa contradição existente no seu interior, está a possibilidade da mudança, haja vista as lutas que aí são travadas. Portanto, pensar a função social da escola implica repensar o seu próprio papel, sua organização e os atores que a compõem.

Assim, a escola, no desempenho de sua função social de formadora de sujeitos históricos, precisa ser um espaço de sociabilidade que possibilite a construção e a socialização do conhecimento produzido, tendo em vista que esse conhecimento não é dado a priori. Trata-se de conhecimento vivo e que se caracteriza como processo em construção.

Considerações Finais

Não se pretende apresentar nenhuma conclusão acerca de um tema tão complexo como a violência, principalmente quando ela ocorre na escola, em virtude de tantos desafios e problemas que esta última enfrenta. As abordagens em torno do tema aqui apresentadas tem como propósito refletir um pouco mais acerca do tema em pauta, principalmente no que se refere a violência que professores e alunos ora são vítimas, ora são próprios produtores no cenário escolar, bem como pensar sobre a complexidade que o fenômeno constitui e a necessidade urgente de se tomar decisões que amenizem ou erradiquem tal prodígio.

O fenômeno da violência é algo presente entre as pessoas em todos os lugares e que atinge todas as classes sociais. A violência está de tal modo enraizado no homem moderno, que não se pode deixar de reconhecer que é algo típico de nossa época, sempre presente e com as mais variadas faces. Seu crescimento se dá na mesma proporção que diminui as oportunidades de qualidade de vida, incluindo as condições básicas.

No âmbito escolar, aqui abordado com um pouco mais de intensidade, a manifestação da violência se torna cada vez mais frequente entre os jovens. Tal fenômeno está associado ao ambiente extraescolar, o qual promove transformações e influencia de maneira negativa, nas relações intraescolares, uma vez que nesse espaço, se manifestam os conflitos, os quais são reflexos dos problemas que acontecem no seio da sociedade, inclusive na família.

A escola é fundamental para o pleno desenvolvimento do indivíduo, devendo ser um dos contextos sociais que estimule as habilidades intelectuais, as competências sociais e a absorção crítica dos conhecimentos produzidos em nossa sociedade. A escola deve ser importante no tempo presente e no tempo futuro, sendo referência para o aluno de um local seguro, prazeroso e no qual ele pode se conhecer, conhecer seus pares e a sociedade em que vive, fazendo projetos de vida pessoal, profissional e social.

Em uma sociedade democrática, todos nós somos responsáveis pelas consequências educativas de nossas ações. As instituições escolares e seus atores não estão estruturados nem tampouco preparados para conviver e enfrentar a indisciplina e a violência na escola e da escola. Deparamos com professores estressados, pouco motivados e desvalorizados profissionalmente, o que tem como consequência aulas pouco atrativas, desestimulantes contribuindo para a evasão e o abandono da escola.

É urgente que os segmentos sociais se organizem, juntamente com a escola no sentido de disponibilizar recursos financeiros e congregar forças para planejar ações e programas para o combate à violência e exclusão que sejam realmente viáveis e produzam bons resultados.

Nessa perspectiva, a escola, através de seus profissionais, necessita trabalhar com a comunidade, a família, e a sociedade, de forma sintonizada, interagindo forças e acreditando nas potencialidades dos alunos a fim de favorecer a eles o direito de ir e vir e exercer sua cidadania de forma livre e consciente.

Referências

ABRAMOVAY, M., & Avancini, M. F. (2000). **A violência e a escola: O caso Brasil**. Disponível em: <<http://www.ucb.br/observatorio/pdf/A%20Viol%EAncia%20e%20a%20Escola.pdf>> Acesso em: 13 maio 2016.

ABRAMOVAY, M., Rua, M. das G. (2002). **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO no Brasil.

- ABRAMOVAY, M.; RUA, A. **Violência nas escolas**. 4. ed. Brasília: Unesco, 2004.
- AQUINO, J. G. **Indisciplina: O contraponto das escolas democráticas**. São Paulo: Moderna, 2003.
- AMADO, J. **Interação pedagógica e indisciplina na aula**. Porto: Edições ASA, 2001.
- ANAIS DO III SEMINÁRIO VIOLAR - Unicamp (2014) **VIOLAR: Laboratório de Estudos sobre Violência**, Imaginário, Práticas Sócio-Culturais e Formação de Professores / FE/UNICAMP.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CAMACHO, L. M. Y. **As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes**. Educ Pesq, São Paulo, v. 27, n. 1, jun. 2000.
- CHARLOT, B. (2002). **A violência na escola**: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*, 4(8), 432-443.
- DEWEY, J. **Democracia e Educação**. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979b.
- DURKHEIM, E. (1930) **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FINLEY, L. L. (2006). **Examining school searches as systemic violence**. *Critical Criminology*, 14, 117-135.
- FRIGOTTO, G. **Educação crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento** : teorias em conflito. In: _____. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. (Coleção Estudos Culturais em Educação). p. 25-54.
- GARCIA, J. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 9, n. 28, p. 511-523, set./dez.2009.
- GUILLOT, G. **O resgate da autoridade em educação**. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- GUIMARÃES Áurea M. (1990) **A depredação escolar e a dinâmica da violência**. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- ODALIA, N. (2004). **O que é violência**. São Paulo: Editora Brasiliense.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (2002). **World Report on Violence and Health**. Geneva: World Health Organization Press. Disponível em: <http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/>. Acesso em: 14 maio 2016.
- TIBA, Icami. **Disciplina, limite na medida certa**; 41ª. Ed; São Paulo: Gente. (2001).
- VASCONCELLOS, M. D. (2002). **Pierre Bourdieu: a herança sociológica**. Educação e Sociedade, 78, 77-87.
- WARNER, B. S., WEIST, M. D., & KRULAK, A. (1999). **Risk factors for school violence**. *Urban Education*, 34(1), 52-68.
- WILLIAMS, L. C. A. (2003). **Sobre deficiência e violência**: Reflexões para uma análise de revisão de área. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 9(2), 141-154.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia: CEPAL/UNESCO, 1990. Disponível em <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,o-aumento-da-violencia-escolar-imp-,1001569>>. Acesso em 30 de jul. 2016.

Recebido em 30 de maio de 2016

Aprovado em 9 de agosto de 2016